



Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Insper, é autor de "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?", e colunista da Folha de S.Paulo

banrisul

O canto da sereia do ajuste fiscal no próximo mandato

Governo fala o que o mercado quer ouvir, sem credibilidade ou consistência

Em tempos de eleições nas ruas e de "Odisseia" nos cinemas, o ministro da Fazenda foi escalado para atrair o mercado com um canto das sereias. Entoando a sexagenária "daqui para frente, tudo vai ser diferente", de Roberto e Erasmo, prometeu um ajuste fiscal que carece de credibilidade e consistência. A falta de credibilidade se constata em atos e falas das autoridades. O presidente da República acaba de prometer mais gastos fora dos limites do arcabouço fiscal, dessa vez para a área de ciência e tecnologia. Os ministros da Fazenda e Planejamento não perdem oportunidade de declarar que os juros altos não são causados pelo desequilíbrio fiscal.

Publicaram dois documentos frágeis em que tentam provar teses

contraditórias: o primeiro estudo defende que as ações eleitoreiras do governo aumentarão a demanda agregada, gerando investimentos, emprego e crescimento; enquanto o segundo diz que as mesmas políticas não impactam a demanda agregada e, por isso, não afetam a inflação.

Nos últimos dias, o governo editou medidas provisórias para capitalizar fundos garantidores de crédito subsidiado, renovar programa de renegociação de dívidas e distribuir dinheiro barato para diversos setores: companhias aéreas, usineiros, exportadores, estudantes do Fies. Também propôs aumento do subsídio aos microempreendedores.

Promete-se que depois das eleições "tudo vai ser diferente". O

centro da proposta seria reduzir o limite máximo de crescimento das despesas no arcabouço fiscal, que passaria de 2,5% para 1,5%.

Aqui chegamos na inconsistência. O arcabouço é um navio de casco furado, no qual entra mais água que nas naus do enrascado Ulisses. Desde julho de 2023, a despesa cresce a 3,9% ao ano acima da inflação (8,2% nos 12 meses até julho de 2026). Supera em muito o limite de 2,5%. De que adianta reduzir um limite que não é cumprido? Quantas novas exceções serão criadas depois de reduzido o limite? As exceções já são tantas, que a meta do ano é um superávit de R\$ 34 bilhões, a previsão é de que haverá um déficit de R\$ 52 bilhões e, a despeito dessa insuficiência de R\$ 86 bilhões (0,63% do PIB),

a meta será considerada atingida.

Reduzir o limite de despesa restringe a correção real do salário mínimo, implicando menor reajuste de benefícios previdenciários e assistenciais, o que poderia melhorar o resultado fiscal. Mas sem uma reforma da previdência e das políticas sociais, o crescimento do número de beneficiários vai continuar pressionando a despesa total.

Ademais, uma eventual redução de gastos com previdência e assistência, em vez de melhorar o resultado fiscal, pode se converter em mais despesa discricionária, seja porque o limite menor esmagaria essas despesas, seja pela alta propensão a gastar do governo e do Congresso. Supondo que haja determinação política para melhorar o resultado primário, a

tarefa requererá muito mais que mero aperto de parafusos do arcabouço. Os mais otimistas creem que um superávit de 1% do PIB seria suficiente.

Como estamos com déficit de 0,4%, precisaríamos, mesmo na ponta otimista, de um ajuste de 1,4%, ou R\$ 190 bilhões, em um contexto de economia e arrecadação esfriando. Nada trivial. E ainda será preciso desligar os programas de crédito que, em 2026, devem gerar desembolsos orçamentários na casa de 1,5% do PIB, e não aparecem na conta do déficit primário. Ao contrário de Ulisses, o PT parece não ter refletido sobre os seus erros e arrogância nos anos em que perambulou pelo governo. Acredite quem quiser, no que ora é prometido.

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa?

Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

Reconstrução do aeromóvel deve ser concluída até o fim de 2027

/ INFRAESTRUTURA

Sofia Kramp Leke
sofial@jcrs.com.br

Desligado desde a enchente de 2024, o aeromóvel da Trensurb recebeu uma nova data para as obras de recuperação do sistema. Inicialmente, a expectativa era retomar o funcionamento a partir de junho deste ano, mas após uma avaliação da empresa Aerom, detentora da tecnologia, para indicar quais componentes danificados poderiam ser ou não recuperados, ganhou uma nova previsão para voltar a operar.

Conforme o diretor de operações da Trensurb, Ernani Fagundes, os serviços devem ser finalizados até o final de 2027, com retomada da operação no mesmo momento.

"Nós pretendemos assinar o contrato na primeira quinzena de setembro com a Aerom, empresa responsável pela restauração do transporte entre o

Trensurb e o aeroporto Salgado Filho. Ela vai ter três meses para nos apresentar os projetos de reconstrução e, a partir deles, nós vamos dividir os sistemas para fazer os processos de licitação", afirma Fagundes.

Após avaliações mais detalhadas, o investimento custará R\$ 38,7 milhões. Parte dos equipamentos será recuperada para uso. Todo o custo já foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) para viabilizar a retomada do sistema do aeromóvel. Dentre os materiais danificados, estão duas salas de equipamentos que foram alagadas, onde estavam eletroeletrônicos essenciais à operação, além de sistemas de propulsão, controle, comunicação, eletrificação e geradores.

Visando evitar que futuras enchentes danifiquem novamente os equipamentos, Fagundes explica que a reconstrução está planejada para ficar acima da cota de inundação, de maneira que toda a infraestrutura da



Retomada do equipamento será planejada para ficar acima da cota de inundação

estação terá que ser ajustada. O diretor também ressalta que o transporte é essencial para a mobilidade da região urbana.

"Retomar esse serviço é de extrema importância para a Trensurb. Existem usuários que estão bastante desatendidos sem

esse transporte. Embora seja um trecho de um quilômetro de via apenas, é uma área que tem uma extrema utilidade para o aeroporto", salienta.

A linha da Trensurb, inaugurada em 10 de agosto de 2013, é a primeira aplicação comercial

da tecnologia no Brasil, permitindo integração e acesso rápido e direto ao terminal aeroportuário sem custo adicional para os usuários do metrô. O trajeto de 814 metros, com duas estações de embarque, é percorrido em 2 minutos e 35 segundos.

MARCO QUINTANA/ARQUIVO/JC